



93  
e

**Poder Judiciário**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 0329449-5**

**Agravante:** Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

**Procurador:** Saulo Marcos Nunes Botelho.

**Agravado:** Idelfonso José de Lima.

**Advogado:** Roberto José Amorim Campos.

**RELATOR:** Des. José Ivo de Paula Guimarães.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL, ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-ACIDENTE. DESNECESSÁRIO O PRÉVIO INGRESSO NA VIA ADMINISTRATIVA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nestes autos de Apelação Cível, que, com base no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao recurso a fim de anular a sentença recorrida, determinando a consequente baixa dos autos ao juízo de origem para que o feito viesse a prosseguir em seus ulteriores termos.

2. É defeso vincular a provocação do Judiciário a prévio requerimento ou exaurimento da via administrativa, sob pena de se criar uma jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, o que foi abolido pela Constituição da República, excetuando-se, tão-somente, questões envolvendo a Justiça Desportiva, na forma do que preconiza seu art. 217, § 1º, o que não vem a ser o caso.

3. Precedentes do STJ e STF: AgRg no AREsp 304348/SE, AgRg no AREsp 242008/PR, AgRg no REsp 1142010/PR, AgRg no Ag 1243793/PR, RE 548676 AgR/SP, RE 549238 AgR/SP e AI 525766/GO.

4. Recurso de agravo a que se nega provimento de forma unânime.



94  
e

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

---

**ACÓRDÃO**

Visto, relatado e discutido o presente Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 0329449-5, acima descrito, em sessão realizada no dia 29/05/2014, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.I.

Recife, 29/05/2014.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

95  
E



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 0329449-5**

**Agravante:** Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

**Procurador:** Saulo Marcos Nunes Botelho.

**Agravado:** Idelfonso José de Lima.

**Advogado:** Roberto José Amorim Campos.

**RELATOR:** Des. José Ivo de Paula Guimarães.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nestes autos de Apelação Cível, que, com base no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao recurso a fim de anular a sentença recorrida, determinando a consequente baixa dos autos ao juízo de origem para que o feito viesse a prosseguir em seus ulteriores termos.

Em suas razões recursais, de fls. 81/85, pugna o agravante pela reforma do *decisum* vergastado, argumentando, em suma, que é evidente a falta de interesse de agir do agravado uma vez que não requereu o benefício administrativamente.

Aduz que o Poder Judiciário não pode fazer as vezes de “balcão do INSS”, sob pena de afronta aos princípios da Separação e Independência dos Poderes, nos termos do art. 2º da CF/88.

Requer, ao final, o provimento do recurso para reforma da decisão recorrida.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara.

É o relatório.

Recife, 29/01/2014.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**



96  
e

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 0329449-5**

**Agravante:** Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

**Procurador:** Saulo Marcos Nunes Botelho.

**Agravado:** Idelfonso José de Lima.

**Advogado:** Roberto José Amorim Campos.

**RELATOR:** Des. José Ivo de Paula Guimarães.

**VOTO**

Não há o que reformar na decisão aqui recorrida, motivo pelo qual mantenho e reafirmo todos os termos da decisão proferida anteriormente. Senão vejamos.

É defeso vincular a provocação do Judiciário a prévio requerimento ou exaurimento da via administrativa, sob pena de se criar uma jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, o que foi abolido pela Constituição da República, excetuando-se, tão-somente, questões envolvendo a Justiça Desportiva, na forma do que preconiza seu art. 217, §1º, o que não vem a ser o caso.

Veja-se o posicionamento do STJ e do STF acerca da matéria, os quais tomo como fundamento da presente decisão:

**PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO RE 631.240/MG. SOBRESTAMENTO INCABÍVEL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NOTÓRIA RESISTÊNCIA DA AUTARQUIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. É cediço que "o reconhecimento de repercussão geral pelo Excelso Pretório, com fulcro no art. 543-B do CPC, não tem o condão de sobrestar o julgamento dos recursos especiais em tramitação nesta Corte" (EDcl no AgRg no REsp 1.137.447/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, Sexta Turma, DJe 7/2/13). 2. O entendimento predominante no Superior Tribunal de Justiça é no sentido da dispensa de prévio requerimento administrativo para o ingresso na via judicial que objetive a percepção de benefício previdenciário, afastando-se a alegação de ausência de interesse de agir. 3. Não se olvida que a Segunda Turma possui**



97  
e

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

compreensão de que "o interesse processual do segurado e a utilidade da prestação jurisdicional concretizam-se nas seguintes hipóteses: recusa de recebimento do requerimento; negativa de concessão do benefício previdenciário, seja pelo concreto indeferimento do pedido, seja pela notória resistência da autarquia à tese jurídica esposada" (AgRg no AREsp 283.743/AL, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJe 26/4/13). 4. A compreensão adotada pela Segunda Turma em nada altera a conclusão acolhida nestes autos, porquanto é sabido que o INSS indefere benefício a trabalhador rural sem início de prova material, cujo reconhecimento ora se postula. 5. Agravo regimental não provido.<sup>1</sup> (Destaquei)

**PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPERCUSSÃO GERAL NA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. INCABÍVEL O SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS DESPROVIDO.** 1. A admissão de Recurso Extraordinário com base na existência de repercussão geral não impede o normal andamento das demandas em trâmite nesta Corte que versem sobre o mesmo tema. Precedentes. 2. A análise de matéria de cunho constitucional é, por força do art. 102, III da Carta Maior, exclusiva da Suprema Corte, sendo, portanto, vedado a este Superior Tribunal de Justiça conhecer da suposta infringência, ainda que para fins de prequestionamento. 3. **É firme o entendimento desta Corte de que a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente a concessão, revisão ou restabelecimento de seu benefício previdenciário. Entendimento outrora consolidado no enunciado 213 da Súmula de jurisprudência do extinto Tribunal Federal de Recursos, que dispõe: o esgotamento da via administrativa não é condição para a propositura de ação de natureza previdenciária.** 4. Agravo Regimental do INSS desprovido.<sup>2</sup> (destaquei)

<sup>1</sup> STJ, AgRg no AREsp 304348/SE, Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 04/06/2013.

<sup>2</sup> STJ, AgRg no AREsp 242008/PR, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 12/04/2013.



98  
e

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS DESPROVIDO. 1. A análise de matéria de cunho constitucional é, por força do art. 102, III da Carta Maior, exclusiva da Suprema Corte, sendo, portanto, vedado a este Superior Tribunal de Justiça conhecer da suposta infringência, ainda que para fins de prequestionamento. 2. As Turmas que compõem a 3a. Seção desta Corte já pacificaram o entendimento de que a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente a concessão de seu benefício previdenciário. 3. Agravo Regimental do INSS desprovido.<sup>3</sup> (Destaquei)**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. 1. Não é condição para ajuizamento de ação objetivando concessão de benefício previdenciário o prévio requerimento administrativo no INSS. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.<sup>4</sup> (destaquei)**

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. PENSÃO POR MORTE. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO PARA O ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. DESNECESSIDADE. 1. Não há no texto constitucional norma que institua a necessidade de prévia negativa de pedido de concessão de benefício previdenciário no âmbito administrativo como condicionante ao pedido de provimento judicial. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 548676 AgR/SP, Min. Eros Grau, Segunda Turma, Publicação: DJe 20/06/2008) (destaquei)**

**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO.**

<sup>3</sup> STJ, AgRg no REsp 1142010/PR, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 14/02/2011.

<sup>4</sup> STJ, AgRg no Ag 1243793/PR, Ministro Haroldo Rodrigues (Desembargador Convocado do TJ/CE), Sexta Turma, DJe 28/06/2010.



99  
e

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO DA AÇÃO: DESNECESSIDADE.** ART. 557 DO CPC. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I - *Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário. Precedentes.* II - *Quanto ao art. 557 do CPC, na linha do entendimento desta Corte, é constitucionalmente legítima a, "atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este - RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 - desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado. RE 321.778-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso).* III - *Agravo regimental improvido.* <sup>5</sup> (Destaquei).

Dessa forma, verificado o *error in procedendo*, a sentença recorrida deve ser anulada, determinando-se o retorno dos autos à primeira instância julgadora para que, observado o devido processo legal, o Juízo *a quo* proceda com o regular prosseguimento ao feito.

Feitas estas considerações, voto pelo conhecimento do presente recurso de agravo, para negar-lhe provimento, mantendo-se incólume a decisão hostilizada, por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 29/05/2014.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

<sup>5</sup> STF, RE 549238 AgR/SP, Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe 05/06/2009.